



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

### RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 125315 - RS (2020/0072421-3)

**RELATOR** : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK  
**RECORRENTE** : ANTONIO GABRIEL RODRIGUES DA SILVA (PRESO)  
**ADVOGADOS** : THIAGO SEIDEL - RS087727  
BRUNO XAVIER DE VASCONCELLOS - RS118125  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por ANTONIO GABRIEL RODRIGUES DA SILVA, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul no julgamento do HC n. 0331493-48.2019.821.7000.

Extraí-se dos autos que o Juízo de primeiro grau decretou a prisão preventiva do paciente, após representação da autoridade policial, por ter supostamente praticado os delitos de homicídio qualificado, lesão corporal leve e porte ilegal de arma de fogo.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem nos termos do acórdão que restou assim ementado:

*HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. DECISÃO ADEQUADAMENTE FUNDAMENTADA. RISCO CONCRETO À ORDEM PÚBLICA. A prisão processual não produz afronta ao regramento constitucional - onde encontra recepção tampouco traz qualquer ofensa ao princípio da presunção da inocência, mormente ante o disposto no art. 312 do Código de Processo Penal cuja essência - proteção da sociedade - constitui objetivo preponderante no Estado Democrático. A questão de ter o acusado agido ou não ao abrigo da legítima defesa, ventilada pelo impetrante, não é passível de exame na via estreita do habeas corpus, de sumária cognição. A gravidade do fato cuja prática é imputada ao paciente (segundo consignando na decisão impugnada, investiu o seu veículo, camionete Ford Ranger, e atropelou a motocicleta em que trafegavam as vítimas, e, ato contínuo, desceu do veículo e desferiu tiros em Vilmar, levando-o a óbito) revela a índole violenta do agente e a presença de concreto risco à ordem pública, a ensejarem a segregação cautelar. ORDEM DENEGADA (fl. 257).*

No presente reclamo, ressalta as condições pessoais favoráveis do recorrente e alega ausência dos requisitos autorizadores da custódia cautelar previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Assevera que o decreto prisional está fundado exclusivamente na gravidade abstrata do delito. Pondera que o delito foi praticado em legítima defesa, uma vez que a suposta vítima ameaçou pegar uma arma em sua cintura para alvejar o recorrente.

Destaca que o recorrente compareceu espontaneamente perante a autoridade policial, inexistindo, portanto, risco à instrução penal. Invoca o princípio da presunção

de inocência e aduz suficiência de medidas cautelares alternativas. Por fim, indica que o recorrente está acometido de transtorno psíquico grave.

Pugna, assim, em liminar e no mérito, pela expedição de alvará de soltura, se for o caso com aplicação de medidas cautelares alternativas, nos termos do art. 319 do Código de Processo Penal, ou prisão domiciliar.

É o relatório.

Decido.

O presente recurso ordinário traz pedido idêntico ao formulado no HC 565.313/RS, ainda em trâmite perante esta Corte Superior, e em ambos se ataca acórdão do Tribunal de Justiça Estado do Rio Grande do Sul no julgamento do HC n. 0331493-48.2019.821.7000.

Assim, diante de inadmissível reiteração de pedidos, obstaculizado o conhecimento deste recurso, reservo a análise da controvérsia aos autos da primeira impetração. Nesse sentido:

*AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. NEGATIVA DE SEGUIMENTO. REITERAÇÃO DE PEDIDO FORMULADO NO RHC N. 42.510/RJ. MANIFESTAÇÃO DO COLEGIADO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.*

*I - O presente recurso é mera reiteração do pedido já formulado e decidido, nos autos do RHC n. 42.510/RJ, pela col. Quinta Turma.*

*II - Observa-se do termo de recebimento e autuação que ambos os processos possuem o mesmo número de origem, além de aduzirem os mesmos argumentos e formularem idênticos pedidos. Agravo regimental desprovido (AgRg no RHC 42.638/RJ, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 10/12/2014).*

Por tais razões, nos termos do art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, indefiro liminarmente o presente recurso ordinário em *habeas corpus*.

Dê-se ciência ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 24 de março de 2020.

Ministro Joel Ilan Paciornik  
Relator